



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR  
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL

**RECURSO ELEITORAL (11548)**

**PROCESSO N. 0600525-49.2024.6.21.0049**

**PROCEDÊNCIA: SÃO GABRIEL/RS**

**RECORRENTE: MARIA LUIZA BICCA BRAGANÇA FERREIRA**

**RECORRIDO: LUCAS GONCALVES MENEZES**

**SANDRA REGINA MARCOLLA WEBER**

**MARIA TEREZA FERNANDEZ GONCALVES**

**RELATOR: Des. Eleitoral MAURO EVELY VIEIRA DE BORBA**

**PARECER**

**RECURSO ELEITORAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2024. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. ABUSO DE PODER POLÍTICO E ECONÔMICO. CAPTAÇÃO ILÍCITA DE SUFRÁGIO. INCIDENTE COM PLACA DE PROPAGANDA. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA DE COAÇÃO OU VANTAGEM INDEVIDA. INSUFICIÊNCIA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. FRAGILIDADE DOS VÍDEOS JUNTADOS. AUSÊNCIA DE GRAVIDADE PARA CASSAÇÃO DE MANDATO. UTILIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA INEXISTENTE.**



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

**PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO.**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de recurso eleitoral interposto por Maria Luiza Bicca Bragança Ferreira contra sentença que julgou improcedente Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) ajuizada em face de Lucas Gonçalves Menezes e Sandra Regina Marcolla Weber, candidatos eleitos aos cargos de Prefeito e Vice-Prefeita, respectivamente, do Município de São Gabriel/RS, nas eleições de 2024, e Maria Tereza Fernandez Gonçalves, coordenadora de campanha.

A demanda subjacente imputou aos ora Recorridos a prática de abuso de poder político, econômico e captação ilícita de sufrágio, albergado no episódio ocorrido em 01/10/2024, no qual cabos eleitorais teriam, supostamente sob ordens de Maria Tereza, coagido um morador a substituir uma placa da Recorrente por uma dos investigados. A inicial foi instruída com boletim de ocorrência, fotos e vídeos da abordagem. (ID 46140318)

A sentença recorrida, extinguiu o feito sem resolução de mérito quanto à Maria Tereza no tocante à captação ilícita (por ser terceira não candidata) e, no mérito, assentou julgamento de improcedência, fundamentando que os elementos probatórios são insuficientes para comprovar o ilícito eleitoral ou o abuso de poder, tratando o episódio como um "mero desencontro de informações". Além



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

disso, determinou ofício à OAB/RS devido ao uso de **jurisprudência fictícia** pela parte autora.(ID 46140408)

Irresignada, a Recorrente sustenta que os vídeos provam a coação psicológica e a estratégia agressiva de convencimento. Argumenta que a reiteração de condutas (com mais de 10 AIJEs semelhantes) e o contexto de operações da Polícia Federal no município (Operações *False Expectation* e *A La Vontê*) são suficientes para demonstrar o desvio de finalidade e a gravidade da conduta e reforçar a tese de uso sistemático da máquina pública. Com isso, requer a reforma da decisão para julgar procedente a AIJE, reconhecendo o abuso de poder político, econômico e a captação ilícita de sufrágio e a consequente “Cassação dos diplomas de Lucas Gonçalves Menezes e Sandra Regina Marçolla Weber”, e a “Declaração de inelegibilidade por 8 anos, nos termos do art. 1º, I, d, da LC 64/90”. (ID 46140417)

Com contrarrazões, pugnando, em síntese, pela manutenção da sentença (IDs 46140424 e 46140422), foram os autos remetidos a esse egrégio Tribunal e deles dada vista a esta Procuradoria Regional Eleitoral.

É o relatório. Passa-se à manifestação.

## II - FUNDAMENTAÇÃO



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

Não assiste razão à Recorrente. Vejamos.

Como visto, cuida-se, na origem, de AIJE na qual é imputada, em suma, a prática de abuso de poder político e econômico e captação ilícita de sufrágio para o favorecimento das campanhas eleitorais dos Recorridos.

A captação ilícita de sufrágio constitui infração cível eleitoral passível de importar em desconstituição do registro ou diploma e imposição de multa, encontrando-se prevista no art. 41-A da Lei no 9.504/97, cuja redação é a seguinte:

Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, **constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza**, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990.

§ 1º Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.

§ 2º As sanções previstas no caput aplicam-se contra quem praticar atos de violência ou grave ameaça a pessoa, com o fim de obter-lhe o voto.

§ 3º A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação.

§ 4º O prazo de recurso contra decisões proferidas com base neste artigo será de 3 (três) dias, a contar da data da publicação do julgamento no Diário Oficial. (g. n)

O dispositivo legal contém a indicação dos elementos exigidos para



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

caracterização da infração de captação ilícita de sufrágio: (i) a prática, pelo candidato, do verbo nuclear de uma das seguintes condutas: **doar, oferecer, prometer, ou entregar** benesse ao eleitor; (ii) elemento subjetivo da conduta, consistente na **finalidade de obter o voto do eleitor**; (iii) promessa ou entrega de uma dádiva ao eleitor, a qual não precisa ter natureza pecuniária, podendo ser vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública; e (iv) prática da conduta no período compreendido entre o registro da candidatura e o dia da eleição.

Paralelamente, também cumpre salientar que a Constituição da República dispõe sobre a necessidade de se proteger a normalidade e legitimidade do pleito contra a influência nociva do abuso de poder, com o intuito de preservar, ao máximo, a vontade do eleitor, nos termos do § 9º de seu art. 14, assim redigido:

Lei complementar estabelecerá outros casos de inelegibilidade e os prazos de sua cessação, a fim de **proteger a probidade administrativa, a moralidade para o exercício do mandato, considerada a vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou o abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta ou indireta.** (g.n)

No mesmo sentido dispõem os arts. 19 e 22 da Lei Complementar nº 64/90:

**Art. 19.** As transgressões pertinentes à origem de valores pecuniários, abuso do poder econômico ou político, em detrimento da liberdade de voto, serão apuradas mediante investigações jurisdicionais realizadas pelo



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

Corregedor-Geral e Corregedores Regionais Eleitorais.

Parágrafo único. A apuração e a punição das transgressões mencionadas no *caput* deste artigo terão o objetivo de proteger a normalidade e legitimidade das eleições contra a influência do poder econômico ou do abuso do exercício de função, cargo ou emprego na administração direta, indireta e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (...)

**Art. 22.** Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao Corregedor-Geral ou Regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito: (...)

Assim, a interpretação das regras previstas na Lei das Inelegibilidades e nas demais normas infraconstitucionais deve estar em consonância com a diretriz traçada pela Constituição da República, firme no sentido de que a concretização da soberania popular se dá por meio do sufrágio universal (art.14, *caput*), da preservação da normalidade e da legitimidade do pleito (art. 14, § 9º), assim como da possibilidade de cassação dos mandatos obtidos em razão de abuso do poder econômico, fraude ou corrupção (art. 14, § 10).

Na lição de José Jairo Gomes, compreende-se o abuso de poder como:

[...] o mau uso de direito, situação ou posição jurídico-social com vistas a se exercer indevida e ilegítima influência em processo eleitoral. Isso ocorre seja em razão do cerceamento de eleitores em sua fundamental



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

liberdade política, seja em razão da manipulação de suas consciências políticas ou indução de suas escolhas em direção a determinado candidato ou partido político. (...)

Para caracterizar o abuso de poder é preciso que ocorram ações (ativas ou omissivas) em desconformidade com o Direito (que, frise-se, não se limita à lei positiva), podendo ou não haver desnaturamento dos institutos jurídicos envolvidos. No mais das vezes, há a realização de ações ilícitas ou anormais com vistas a manipular ou condicionar o voto ou, ainda, influenciar os cidadãos em determinada direção.

O conceito jurídico de abuso de poder é indeterminado, fluido e aberto, por isso ele pode adaptar-se a diversas situações concretas. Assim, somente as peculiaridades do caso concreto é que permitirão ao intérprete afirmar se este ou aquele evento configura ou não abuso de poder.<sup>1</sup>

A esse propósito, na dicção do egrégio TSE, “O abuso do poder econômico, por sua vez, caracteriza-se pelo emprego desproporcional de recursos patrimoniais (públicos ou privados), com gravidade suficiente para afetar o equilíbrio entre os candidatos e macular a legitimidade da disputa”.<sup>2</sup>

No caso em concreto, como visto, a acusação repousa no episódio - a troca de uma única placa de propaganda — o qual carece totalmente de **gravidade qualitativa e quantitativa**.

Com efeito, mesmo que se considerasse a conduta irregular, a legislação prevê ritos próprios para propaganda eleitoral, e a AIJE não deve ser

---

<sup>1</sup> GOMES. José Jairo. Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2020. p. 729.

<sup>2</sup> Ação de Investigação Judicial Eleitoral no 060178257, Acórdão, Relator(a) Min. Luis Felipe Salomão, Publicação: DJE - Diário da justiça eletrônica, Tomo 44, Data 11/03/2021.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

utilizada para punir fatos de menor relevância que não têm o condão de desequilibrar a disputa.

No que tange à prova testemunhal, o depoimento da única informante ouvida, Kátia Petrarca, esclareceu que a placa foi solicitada pela própria moradora e que **nada foi pedido ou prometido em troca**. O diálogo gravado revela um morador descontente com a situação, mas o juízo *a quo*, ao valorar a prova, acertadamente concluiu que o incidente não passou de um incômodo desencontro de informações, **sem qualquer oferta de vantagem** ou prova de coação.

Quanto à **captação ilícita de sufrágio (art. 41-A da Lei nº 9.504/97)**, consoante antes referido, a lei e a jurisprudência consolidada do TSE exigem o cumprimento cumulativo de requisitos, incluindo o dolo específico de obter o voto e a identificação do eleitor alvo, elementos totalmente ausentes nestes autos. As imputações baseiam-se em meras ilações, sem comprovar o desvio de finalidade ou o benefício direto à campanha.

Por fim, as referências a operações policiais externas (como a "False Expectation") não possuem o condão de suprir a falta de provas neste processo específico. No ordenamento pátrio, eventuais sanções eleitorais não podem se basear em contextos genéricos de investigação sem vínculo direto e provado com o fato narrado na exordial.

Nesse passo, para caracterização do abuso de poder político e



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

---

econômico apto a ensejar as graves sanções previstas na legislação eleitoral (cassação de registro ou diploma e inelegibilidade), **não basta a mera ocorrência de qualquer conduta, sendo necessário que se demonstre a gravidade das circunstâncias que caracterizam o ato abusivo, de modo a afetar a normalidade e a legitimidade das eleições.**

Portanto, diante da ausência de conjunto probatório contundente e da fragilidade dos indícios apresentados, a manutenção da sentença de improcedência é medida que se impõe, **não devendo prosperar a irresignação.**

### III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, o **Ministério Público Eleitoral**, por seu agente signatário, manifesta-se pelo **desprovemento** do recurso.

Porto Alegre, 23 de fevereiro de 2026.

**CLAUDIO DUTRA FONTELLA**  
Procurador Regional Eleitoral

JM